



PARECER JURÍDICO N.º 074/2019 - AJM

REFERÊNCIA: Processo Administrativo n.º 01232/2019 (Dispensa n.º 024/2019).

NATUREZA JURÍDICA: Procedimento de dispensa.

ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Controle Interno.

CONSULENTE: Comissão Permanente de Licitação – CPL.

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Coronel João Pessoa/RN.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação dos serviços de solução completa de circuito de câmeras de vigilância em regime de comodato, contemplando: execução, fornecimento e instalação de sistema de IP, com câmeras de alta definição e diversos equipamentos, com implantação de uma central de monitoramento, de acordo com termo de referência.

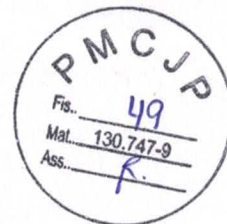
EMENTA: Direito Administrativo | Dispensa de Licitação | Contratação de empresa para prestação dos serviços de solução completa de circuito de câmeras de vigilância em regime de comodato, contemplando: execução, fornecimento e instalação de sistema de IP, com câmeras de alta definição e diversos equipamentos, com implantação de uma central de monitoramento, de acordo com termo de referência | Fundamentação no Art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666/93 | Contratação direta | Valor do serviço dentro do limite previsto na lei de licitações e contratos administrativos.

§ RELATÓRIO

Trata-se da apreciação do processo administrativo n.º 01232/2019, no qual se requer a análise jurídica dos elementos formais imprescindíveis à edição do ato de reconhecimento do procedimento de dispensa de licitação n.º 024/2019, solicitada originalmente pela Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Controle Interno, com vistas a contratação de empresa para prestação dos serviços de solução completa de circuito de câmeras de vigilância em regime de



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
ASSESSORIA JURÍDICA MUNICIPAL

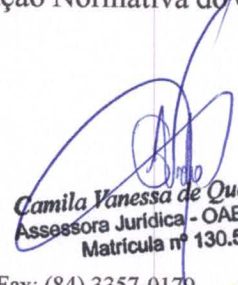


comodato, contemplando: execução, fornecimento e instalação de sistema de IP, com câmeras de alta definição e diversos equipamentos, com implantação de uma central de monitoramento, buscando, dessa maneira, atender a necessidade de monitoramento a fim de prevenção contra vandalizações, fortalecendo, assim, a segurança dos munícipes em auxílio direto a guarda municipal, polícia militar e civil, no combate a delitos, conforme termo de referencia de fl. 04 e 05.

O referido Processo Administrativo encontra-se devidamente instruído com o Memorando de Solicitação n.º 46/2019, emitido no dia 27/06/2019, solicitação de despesa e termo de referência devidamente certificado pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Controle Interno, datados, também de 27/06/2019 (Fl. 02 a 05); Despacho de aprovação do ordenador de despesa, emitido no dia 01/07/2019 (Fl. 06); Propostas de preço (Fl. 07 a 09); Mapa de preços (Fl. 10); Despacho do Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Controle Interno, encaminhando a coleta de preços para apreciação do ordenador de despesas, datado de 09/07/2019 (Fl. 11); Despacho do ordenador de despesas solicitando manifestação sobre a existência de recursos orçamentários e financeiros para cobertura de despesas, emitido no dia 10/07/2019 (Fl. 12); Declaração de saldo orçamentário e financeiro, emitida no dia 15/07/2019, pelo Secretário de Finanças e Orçamento (Fls. 13); Autorização de abertura, protocolamento, autuação e numeração do processo administrativo de dispensa de licitação, datada de 16/07/2019 (Fl. 14); Declaração de adequação orçamentária e financeira, emitida pelo prefeito municipal no dia 16/07/2019 (Fl. 15); Comprovante de protocolo, datado de 17/07/2019 (Fls. 16 e 17); Autuação processual, datada de 17/07/2019 (Fl. 18); Minuta do contrato administrativo a ser celebrado, bem como cópias conferidas com os documentos originais de habilitação jurídica e qualificação fiscal e trabalhista solicitados a empresa que será contratada pela Administração Municipal (L Monitoramento e Locação de Bens Móveis LTDA) (Fls. 19 a 22 a 25 a 44); Julgamento de dispensa de licitação, datado de 17/07/2019 (Fl. 23); Comprovante de solicitação de documentação (Fls. 24); Comprovante de encaminhamento de documentação (Fl. 45 e 46).

Desse modo, após conclusão da fase inicial do procedimento de dispensa, os autos foram remetidos a esta Assessoria Jurídica, com vistas à emissão de parecer, em consonância com o despacho exarado na folha 47 e atentando-se para as disposições legais alocadas no Art. 38, inciso VI, da Lei n.º 8.666/93 e no Art. 4º, inciso VI, alínea “a”, item 4, da Instrução Normativa do Controle Interno do Município de Coronel João Pessoa n.º 001/2017.

É o relatório.


Camila Vanessa de Queiroz Vidal
Assessora Jurídica - OAB/RN 12.324
Matrícula nº 130.517-4



Passo a opinar.

§ FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Inicialmente, faz-se necessário ressaltar que as aquisições de bens e serviços pela Administração se darão por meio de procedimento licitatório, de acordo com o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, ressalvadas as exceções previstas em lei, dentre as quais: a dispensa e a inexigibilidade de licitação.

Sendo assim, percebe-se que o próprio legislador admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório.

In casu, verifica-se que o Interessado se propõe a realizar dispensa de licitação visando contratação de empresa para prestação dos serviços de solução completa de circuito de câmeras de vigilância em regime de comodato, contemplando: execução, fornecimento e instalação de sistema de IP, com câmeras de alta definição e diversos equipamentos, com implantação de uma central de monitoramento, com base no Artigo 24, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, *in verbis*:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

[Grifo nosso]

Com efeito, os documentos alocados nas fls. 07 a 09 (coleta de preços) justificam a contratação da empresa que fornecerá o objeto contratual, mediante solicitação, tendo em vista que o valor total do contrato administrativo a ser celebrado R\$ 17.520,00 (dezessete mil, quinhentos e vinte reais) está dentro do limite previsto no supramencionado dispositivo legal da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, tomando por base a proposta mais vantajosa, já levando em consideração a alteração promovida pela vigência do Decreto n.º 9.412/2018, o qual atualizou os valores das

Camila Vanessa de Queiroz Vidal
Assessora Jurídica - OAB/RN 12.324
Matrícula nº 130.517-4



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
ASSESSORIA JURÍDICA MUNICIPAL



modalidades licitatórias e conseqüentemente alterou os limites autorizadores da dispensa de licitação, que no caso de compras e serviços equivale a R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).

Logo, o valor referido está aparentemente compatível com os preços de mercado praticados, especialmente se levarmos em conta as cotações mercadológicas juntadas ao processo de dispensa, pois a quantia proposta é razoável, estando dentro de parâmetros aceitáveis e, portanto, ajustados com os preços de mercado.

Quanto ao contrato, verifica-se que a minuta apresentada no processo observou o disposto no Art. 54, § 2º, da Lei nº 8.666/93, englobando os termos do ato que autorizou a realização da dispensa de licitação (Fl. 06) e a vinculação dos termos contratuais com as disposições da proposta apresentada pela Empresa que apresentou a indicação mais vantajosa (Fl. 08).

Ademais, verifica-se que a minuta contratual atendeu as cláusulas essenciais pertinentes a todo contrato administrativo, de acordo com o Art. 55 da Lei n.º 8.666/93, dispondo especificamente acerca do objeto e seus elementos característicos (Cláusula Primeira); do preço e das condições de pagamento, critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços; do critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento (Cláusula Oitava); o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica (Cláusula Nona); os direitos e as responsabilidades das partes (Cláusula Terceira e Quarta); as penalidades cabíveis e os valores das multas (Cláusula sétima); os casos de rescisão (Cláusula Sexta); o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 77 da Lei de Contratos e Licitações (Cláusula Sexta); a vinculação ao termo que dispensou a licitação (Cláusula Segunda), a legislação aplicável à execução do contrato (Cláusula Segunda); a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (Cláusula Terceira); vigência do contrato (Cláusula quinta); e demais formalidades contratuais (Cláusulas Décima e Décima Primeira).

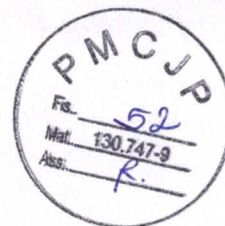
Evidencia-se ainda que o contrato é instrumento obrigatório na dispensa de licitação, conforme Art. 62, *caput*, da Lei n.º 8.666/93¹, devendo mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo de

¹ * Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993

Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
ASSESSORIA JURÍDICA MUNICIPAL



licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais (Art. 61, *caput*, da Lei n.º 8.666/93²).

A eficácia contratual, por sua vez, ocorrerá quando houver a publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos no diário oficial, devendo ser providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus. Por esta razão, recomenda-se a publicação do extrato contratual no prazo supramencionado, em consonância com o Art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

No que diz respeito as condições documentais, frisa-se que a Empresa a ser contratada para fornecer o objeto licitatório (L Monitoramento e Locação de Bens Móveis LTDA), encaminhou à CPL, a título de habilitação jurídica, qualificação fiscal e trabalhista, os documentos listados a seguir:

1. Comprovante de inscrição e de situação cadastral (CNPJ: 29.833.237/0001-35) (Fl. 37);
2. Ficha de inscrição cadastral municipal (Fl. 44);
3. Contrato social (Fl. 27 a 36);
4. Documentos pessoais da titular da empresa (Fls. 25 e 26);
5. Prova de regularidade com a Fazenda Federal: Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união (código de controle: 96EB.EDBD.E4A0.BBEF), válida até: 16/12/2019) (Fl. 38);
6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual: Certidão negativa de débitos estaduais n.º 201904041226, válida até: 18/08/2019 (Fl. 39);
7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal: Certidão negativa de débitos municipais, válida até: 20/10/2019 (Fl. 40);
8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, válida até: 15/12/2019 (Certidão n.º: 174400027/2019) (Fl. 42);

² Art. 61. Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.

Parágrafo único. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei.

Camila Vanessa de Queiroz Vidal
Assessora Jurídica - OAB/RN 12.324
Matrícula nº 130.517-4



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
ASSESSORIA JURÍDICA MUNICIPAL



9. Certificado de regularidade do FGTS – CRF n.º 2019071407470027907975, válida até: 12/08/2019 (Fl. 43);
10. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, válida até: 17/01/2019 (Fl. 41).

Após avaliação do rol de documentos apresentados pela Empresa, constata-se que a Empresa apresentou quase todos os documentos básicos exigidos pelos Arts. 28 a 31 da Lei n.º 8.666/93, restando ausente apenas o comprovante de inscrição estadual do contribuinte.

Além disso, consta dos autos a verificação de suficiência orçamentária para empenho das despesas oriundas da presente proposta de contratação. Logo, também foi atendida a regularidade quanto à existência de dotação orçamentária (Fls. 13 e 15).

✶ CONCLUSÃO

Assim, tendo em vista as circunstâncias fáticas e jurídicas expostas, opino pela regularidade da Dispensa de Licitação n.º 024/2019, autuada no processo administrativo n.º 01232/2019, até o presente momento, porém, recomenda-se que a juntada do comprovante de inscrição estadual do contribuinte, bem como que o contrato, quando celebrado, mencione os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade e a sujeição dos contratantes às normas legais e às cláusulas contratuais.

E, por fim, em relação a eficácia contratual, indica-se a devida atenção na publicação do extrato contratual no prazo estabelecido pelo Art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93, em medida lúdima, serena e ponderada da gestão pública responsável e eficiente.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Coronel João Pessoa/RN, 24 de julho de 2019.

CAMILA VANESSA DE QUEIROZ VIDAL

Advogada | OAB/RN n.º 12.324

Assessoria Jurídica Municipal – Matrícula 130.517-4